

JOIAS DA COROA

Partidos aliados acirram disputa com PT por ministérios com orçamento de R\$ 300 bilhões

JENIFFER GUILARTE, SÉRGIO ROXO E BRUNO GÓES jg@globo.com

Com apenas cinco dos 37 ministérios do seu futuro governo definidos, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, terá que resolver nos próximos dias um impasse na montagem de sua equipe para atender aos interesses dos partidos que formarão sua base aliada. Quatro dessas pastas — Integração Nacional, Cidades, Desenvolvimento Social e Minas e Energia — têm sido consideradas as “joias da coroa” por aliados e se tornaram alvo de disputa acirrada nos bastidores. O motivo da cobiça passa pelo controle de cargos estratégicos nos estados, o comando de programas com políticas públicas consideradas “vitri- nes eleitorais” e um orçamento que, somado, chegará a quase R\$ 300 bilhões no ano que vem.

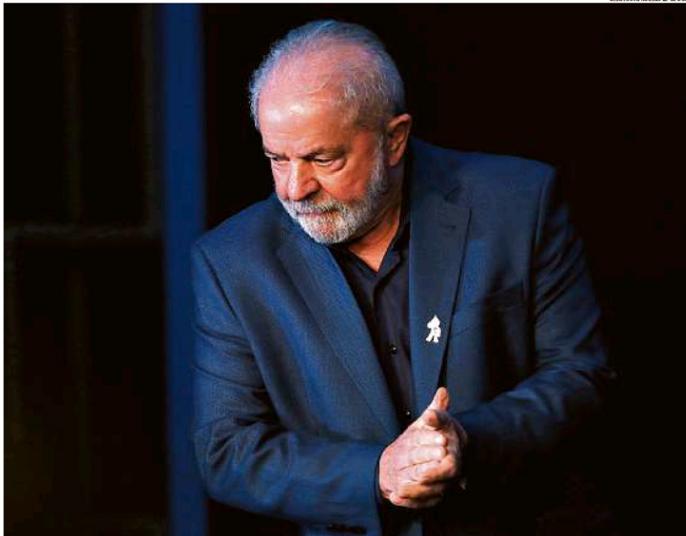
A intenção de Lula é usar essas pastas para atrair partidos que elegeram número considerável de parlamentares, mas não fizeram parte da sua coligação, como MDB e União Brasil. A primeira legenda terá 42 deputados na próxima Legislatura, enquanto a segunda contará com 59 integrantes. Ao mesmo tempo, o presidente eleito precisará conter a pressão do seu próprio partido, o PT, que teme entre- gar postos de destaque a nomes de fora da sua sigla.

Há duas semanas, Lula foi informado de que, depois de Educação e Saúde, Cidades é o ministério de maior interesse dos petistas. Entre os citados para o posto está o ex-governador do Piauí e senador eleito Wellington Dias (PT). O problema é que o comando da pasta também está na lista de prioridades do MDB e até do PSB, partido do vice-presi- dente eleito, Geraldo Alckmin.

FATOR LIRA

Hoje, Cidades faz parte da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Regional, que deve ser dividido em dois no novo governo e voltar a se chamar Integração Nacional. A proposta da equipe de transição é encorpar a pasta com órgãos como a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), estratégia na relação com prefeitos e governadores, além de ter sob sua guarda-chuva a Minha Casa, Minha Vida, programa habitacional que virou bandeira eleitoral do PT. No cálculo de petistas, quem assumir o ministério poderá realizar políticas públicas para cerca de 80% da população brasileira.

O MDB também espera de Lula uma pasta de “entrega política” para poder aderir à base aliada e incluiu Cidades e Integração Nacional na lista de desejos. Um nome do partido cotado para assumir a primeira é o deputado José Priante (MDB-



Estratégia. Intenção de Lula é usar pastas de Integração Nacional, Cidades, Desenvolvimento Social e Minas e Energia para atrair partidos como MDB e União

AS PASTAS MAIS COBIÇADAS

Juntos, os ministérios de Integração Nacional, Cidades, Desenvolvimento Social e Minas e Energia terão orçamento próximo de R\$ 300 bilhões em 2023

MINISTÉRIO	DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (INTEGRAÇÃO E CIDADES)*	DA CIDADANIA (DESENVOLVIMENTO SOCIAL)	DE MINAS E ENERGIA
Orçamento previsto em 2023 (R\$)	16,7 bilhões**	273,8 bilhões	9 bilhões
Partidos interessados e alguns cotados para as vagas de ministro	Cidades: PT, MDB e PSB Integração Nacional: PT, MDB e União Brasil	PT e MDB	PT, MDB e União Brasil
Principais atrativos	Tem sob seu comando dois órgãos cobiçados por políticos, com atuação direta junto à população, Codevasf e Dnocs. No caso de Cidades, a pasta deve ser responsável pelo Minha Casa, Minha Vida, programa habitacional considerado uma vitrine eleitoral	Responsável pelo Bolsa Família e outros programas sociais que também podem ser considerados vitrines eleitorais para quem assumir a pasta	Além de influência sobre a Petrobras e suas subsidiárias, tem uma série de empresas públicas vinculadas, como Companhia de Pesquisa de Recursos Humanos (CPRM), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Pré-Sal Petróleo (PPSA).

Fonte: Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2023

* O PT avalia reatibetizá-lo como Integração Nacional e dividi-lo para recriar a pasta das Cidades, que assumiria parte de suas atribuições

**Orçamento total da pasta, que deverá ser dividido em caso de virar dois ministérios

PA), ligado ao governador do Pará, Helder Barbalho. Em outra frente, o PSB divulgou recentemente uma carta na qual sugere que o ex-governador Márcio França assumira o Ministério das Cidades. O nome é defendido pela cúpula da sigla. Mas o movimento foi considerado afoito por

correligionários. Aliados de França admitem que, diante do maior “poder de fogo” do MDB no Congresso, é improvável que ele fique com a vaga. Uma reunião recente entre Lula e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), embaralhou ainda mais o quebra-cabeça na Esplanada dos Ministérios.

O cacique do Centrão avisou ao petista que será preciso distribuir cargos a um grupo político no Congresso para conseguir aprovar a chamada “PEC da Transição” — prioridade do governo eleito para cumprir promessas de campanha como, por exemplo, o Bolsa Família de R\$ 600.

Um dos focos é o Ministério da Integração, no qual Lira tenta emplacar o deputado Elmar Nascimento (União-BR), escolhido como relator da “PEC da Transição” na Câmara. Essa indicação atenderia a dois interesses: representaria o grupo político ligado ao presidente da Câmara e cumpri-

ria a cota do União Brasil, que negocia ocupar até duas pastas no novo governo para apoiar as pautas do Palácio do Planalto no Congresso.

A Integração Nacional é cobiçada pela sua ampla atuação no Nordeste, além de ter o controle de órgãos como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), responsável por obras milionárias abastecidas via orçamento secreto e que no governo de Jair Bolsonaro é comandada por um apadrinhado do próprio Elmar.

Mas não é só o Centrão que está de olho na pasta. Aliado de Lula, o senador Jader Barbalho (MDB-PA) tenta emplacar o seu filho primogênito, Jader Filho, no ministério onde já exerceu influência no passado. Integrantes do PT, contudo, resistem a essa investida para não enfraquecer o partido na região.

DE OLHO EM 2026

O principal impasse entre PT e MDB, porém, está no Desenvolvimento Social (atual Cidadania). A pasta que herdará o Bolsa Família é a preferida da senadora Simone Tebet (MDB-MS), que Lula quer ter em sua equipe, mas petistas resistem sob o argumento de que a emedebista ganharia uma potente arma para se cacificar como candidata presidencial em 2026.

Dois nomes despontam no PT para ocupar o lugar de Simone: o deputado estadual André Quintão (PT-MC), que foi secretário de Desenvolvimento Social em Minas e tem o apoio da ala mineira da sigla, e a ex-ministra Tereza Campello, uma das responsáveis por estruturar a criação do Bolsa Família e considerada referência na legenda na elaboração de programas sociais.

Já no Ministério de Minas e Energia, Lula terá de arbitrar uma disputa regional. O presidente da Câmara e outros parlamentares querem que a pasta fique com o União Brasil. Mas o principal rival de Lira em Alagoas, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), tenta emplacar o filho, ex-governador e senador eleito Renan Filho (MDB), que já foi sondado sobre a possibilidade de assumir o Planejamento, mas não demonstrou interesse.

Além de ter a Petrobras sob sua alçada, o Ministério de Minas e Energia, que já foi um re- duto histórico do MDB, exerce influência direta em subsidiárias da estatal e em empresas públicas como Companhia de Pesquisa de Recursos Humanos (CPRM), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Pré-Sal Petróleo (PPSA).

Caso opte por uma solução caseira, o presidente eleito tem como cotado o senador Jean Paul Prates (PT-RN). O alvo do parlamentar era o comando da Petrobras, mas sua nomeação poderia esbarrar no estatuto social da companhia, por ele ter disputado a eleição como suplente de senador.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4